

A INCLUSÃO DIGITAL COMO PROPONENTE DO DESENVOLVIMENTO HUMANO E DA RESPONSABILIDADE SOCIAL

Tânia Regina Dantas - UNEB
Marinalva Batista dos Santos Neves – SEC-BA

RESUMO: Um desafio decorrente da contemporaneidade é incluir as pessoas e organizações digitalmente. Este artigo tem como objetivo geral: discutir a inclusão digital de docentes na Educação básica, através das TIC. Como objetivos específicos, pretendemos: apresentar o processo educativo através de nuances da globalização, contextualizando a formação dos professores no aspecto da transdisciplinaridade. A opção metodológica foi a da pesquisa bibliográfica e documental. Constatamos que a globalização trouxe novos desafios à sociedade e que o uso das TIC poderá promover a inclusão social através da ação educativa. Concluimos que se torna necessária uma formação docente que promova o acesso as TIC ultrapassando os limites da técnica.

PALAVRAS-CHAVE: Inclusão Digital. Sociedade da Informação. Transdisciplinaridade.

1. INTRODUÇÃO

Foram implementados os Núcleos de Tecnologia Educacional (NTE), pelo Ministério da Educação, proporcionando a formação de especialistas em informática na educação, cujo papel é disseminar a cultura midiática, aos docentes da educação básica do país. Em sua nova versão, o Programa instituído pelo Decreto nº 6300, de 12 de dezembro de 2007, postula: a instalação de ambientes tecnológicos nas escolas, a disponibilização de conteúdos e recursos educacionais multimídia e digitais por meio de Portais e a formação continuada de professores e outros agentes educacionais. Entretanto, a informatização que está presente nas escolas nem sempre é referendada por um critério tecnológico ou pedagógico.

Este artigo tem, então, o seguinte problema: como democratizar o acesso as TIC aos docentes da Educação Básica, como mediadores do processo de ensino-aprendizagem diante das novas TIC? Como objetivo geral, pretendemos: discutir a inclusão dos docentes na Educação básica, através das TIC. A investigação será através de pesquisa bibliográfica e documental.

2. EDUCAÇÃO E EXCLUSÃO DIGITAL

A sociedade da informação trouxe a evidência algumas desigualdades. Educamos numa sociedade desigual e apesar de ser verdadeiro afirmar que a exclusão econômica possa ter como consequência a exclusão digital, não há uma relação direta entre a exclusão social e a exclusão digital, tendo em vista que nem todos os excluídos digitalmente também são excluídos economicamente. (BANDEIRA, 2000). Essa exclusão ultrapassa o simples saber digitar ou saber “navegar” na Internet pois não se restringe a acessibilidade ou conectividade. Referimos-nos a aquisição de um nível de competência, por parte dos sujeitos, que conduza à participação na comunidade e nas organizações de modo que possam gerir os espaços públicos e compartilhados para acesso à Internet. Desta maneira, uma educação promotora de inclusão digital é uma educação que parte do paradigma de sociedade fomentadora de cidadãos capazes de utilizar as Tecnologias de Informação e Comunicação para a transformação social, econômica, política e cultura (MORAN, 2000).

Em que consistiria incluir digitalmente? Incluir digitalmente significa facultarmos ao outro a possibilidade de se apropriar do conhecimento tecnológico, de maneira que, possa ao adaptar-se ao instrumento digital, modificá-lo, atribuindo um significado a ferramenta que conduza-o a inserção socialmente. Não existem políticas públicas que assegurem efetivamente a inclusão digital para a educação básica.

*XII EVIDOSOL e IX CILTEC Online – junho/2015. <http://evidosol.textolivre.org>.

Nesse contexto, é preciso implementar estratégias eficazes a fim de promovermos uma sociedade globalizada, que romova o rápido e fácil acesso aos recursos tecnológicos, ao co e à aprendizagem, o que é de importância substancial para essa nova realidade social e digital (BANDEIRA, 2000).

A exclusão social está presente no contexto das tecnologias tendo em vista o acesso não ser facultado a todos na comunidade. Além dos tido como cidadãos com necessidades especiais não serem beneficiados com os recursos e possibilidades de acesso a Sociedade da Informação, outros excluídos se agregam a esse grupo. Fazem parte dos excluídos ao acesso a internet os que se encontram em situação de miséria, os habitantes de lugares longe dos grandes centros urbanos e as minorias étnicas. (SANTOS, 2002). As políticas públicas devem alcançar este universo de cidadãos, atendendo as necessidades e prioridades dos cidadãos, para além da territorialidade inserindo os indivíduos na sociedade de forma plena, buscando o desenvolvimento humano (DERTOUZOS, 1997).

Neste contexto, encontramos intelectuais que buscam o pensamento crítico a esse estado da vida contemporânea, divulgando ideários de um mundo diferente daquele em que vivemos apregoando uma visão otimista do futuro. Os projetos e programas de infoinclusão e o acesso universal a internet é condição necessária para se solidificar a democracia da sociedade da informação. As desigualdades na era da informação são decorrentes de fatores históricos, econômicos e políticos sustentados pela exclusão de uma parcela da sociedade que não tem acesso ou o tem de forma precária às tecnologias. Seria verdadeiro pensar que existe uma relação proporcional a premissa de que quanto maior for o índice de alfabetizados tecnologicamente, será maior a possibilidade de uma população mais criativa e consequentemente uma população que irá produzir tecnologia no país?

Um aspecto a ser considerado é a manutenção dos laboratórios de informática com acesso à Internet nas escolas públicas, com pessoal habilitado, com ampliação da capacidade da internet e com uma estratégia de uso público fora dos horários das aulas. Uma outra possibilidade de uso seria a fomentação de tele centros em espaços comunitários públicos e comunitários de forma gratuito e assistida que atenda todos os municípios brasileiros. A escola pode dar um grande contributo ao inserir as gerações mais novas. (GERMAN, 2000). Contudo, apesar dessa geração possuir maior facilidade e motivação em utilizar as TIC o interesse da população da terceira idade vem aumentando. É preciso discutir e propor formas de atender essa clientela. Outro fator que dificulta o uso da Internet, pelas grandes camadas da população é o uso do inglês. Um outro segmento são as pessoas com necessidades especiais, que normalmente são excluídas socialmente e para as quais as TIC podem representar a abertura de novos espaços de inserção social. Estas pessoas requerem o desenvolvimento de tecnologias específicas que sejam adequadas às suas necessidades (físicas, visuais, auditivas, mentais etc.) e o acesso facilitado a estes serviços. (BANDEIRA, 2000). Constatamos que ritmo da evolução tecnológica tem agravado as diferenças e aumentado o potencial de exclusão da sociedade tornando-a cada vez mais heterogênea e desigual.

A Sociedade da Informação tem sido impotente ao dar resposta homogênea a questões diferenciadas de cada grupo ou indivíduo. Para romper com esse ciclo ela deverá ser criativa ao desenvolver respostas que atendam as necessidades e as aspirações das pessoas. A tecnologia é eficaz quando promove o desenvolvimento humano das pessoas, da cultura e da sociedade. Essa é a característica da tecnologia integradora do ser humano. Mas se paradoxalmente são excluidoras, elas também possuem um grande potencial de inclusão no seu meio. Nesse sentido, a sociedade mobilizada deve exigir do estado que cumpra a missão de garantir a equidade e promover o bem estar para a sociedade, desenvolvendo através de recursos públicos informação para o exercício de cidadania (BANDEIRA, 2000; GERMAN, 2000).

3. INFOINCLUSÃO/ INCLUSÃO DIGITAL

O conceito de infoinclusão deve incorporar uma dimensão social, visando fomentar o exercício da cidadania, para dar voz às comunidades e setores que normalmente não têm acesso à grande mídia. (LEVI, 2004). No plano político e de ampliação da cidadania, a participação vai depender cada vez mais da comunicação entre os membros de uma comunidade, como forma de superar os limites da consciência da vida cotidiana, pois sendo a realidade um todo, decompõe-

em partes pode ajudar a estudá-la, mas sua compreensão adequada exige visão de conjunto. (DERTOUZE, 1997; PAIVA, 2005). Isto implicaria numa mudança de posicionamento em relação ao que constitui o propósito dos projetos de inclusão digital, pois, possibilita, a sociedade manifestar suas demandas em relação aos benefícios que as tecnologias podem proporcionar. Esses sujeitos incluídos digitalmente, empoderados poderiam afirmar sua cultura e, consequentemente sua cidadania. Entretanto a exclusão só acaba no momento que o usuário concebe que o computador é instrumento de acesso à educação, ao pensamento crítico e cidadania exercida de forma plena. O fim não é disponibilizar tecnologia, mas sim a integração perfeita de indivíduos na sociedade. A inclusão dos usuários na mídia digital significa também gerar renda. (DELORS, 2000; DERTOUZOS, 2006).

As ações para contemplar mudanças devem ser iniciadas através do desenvolvimento de consciência por parte dos cidadãos investindo esforços para que a tecnologia possa corroborar para a construção de um novo modelo de educação. A tecnologia por não ser um fim em si mesmo não pode se restringir a aspectos como: acesso, a abertura de espaços e instalação de máquinas e conectividade. Estes são os pontos principais que viabilizam a democratização da informação e o exercício da cidadania na Internet. A infoinclusão deve ter com premissa possibilitar que a população não seja somente consumidores de informação mas que sejam capazes de usar as tecnologias de Informação e Comunicação para a transformação social, econômica, política e cultural (GOMES, 2004; LEVI, 2004). Mas qual tipo de educação contemplaria tais aspectos em sua abordagem?

4. EDUCAÇÃO E A TRANSDISCIPLINARIDADE

A educação transdisciplinar propõe a vivência da arte de aprender ou da arte de autoconhecer. Ela operacionaliza a proposta da Comissão Internacional sobre a educação para o século XXI (DELORS, 1998), que tornam os governamentais de todos os países do globo terrestre responsáveis pela educação. A perspectiva do desenvolvimento humano é vista a partir da vivência do autoconhecimento para a formação de uma humanidade mais pacífica e harmônica (DELORS, 1998). Nas palavras de Freire (2002, p. 48), "[...] no jogo constante de respostas, altera-se no próprio ato de responder. Organiza-se." De acordo com o autor, ao educar o professor, numa postura dialogizada com o aluno, educa-se nas inter-relações desenvolvidas. E poressa razão que o professor e aluno são considerados sujeitos da educação.

5. QUALIDADE EDUCACIONAL NA FORMAÇÃO DOCENTE

De acordo com Ramal (2002), com a aderência da sociedade ao ciberespaço mudanças estão ocorrendo no modo de pensar, de aprender e de se relacionar das pessoas. E segundo Ramal (2002, p. 12), a formação docente inicial não está dando conta disso. E complementa Que "temos vários estudos em que o professor reconhece que a tecnologia é importante e ele quer utilizá-la. Tudo isso precisa ser integrado numa formação que alguns especialistas já chamam de "nova pedagogia" [grifo do autor]. O desafio que gestores e professores têm sobre como formar pessoas pode ser respondida com a formação pedagógica que proporcione uma ação educativa, com os estudantes, no processo de ensino-aprendizagem de modo que priorize a organização social e a responsabilidade com a produção e o acesso ao conhecimento.

5.1 Novas Tecnologias na Atualidade da Educação

A característica principal das "novas tecnologias" de comunicação (NTC) é a inclusão progressiva de processos digitais na sua veiculação, confecção e distribuição de suas informações (LEVI, 2004; MORAN, 2000). O termo se transformou numa designação genérica passada a designar os produtos e mídias surgidos nos últimos anos. Percebemos então que o termo "novas" designa uma qualidade, uma diferença ao substantivo "tecnologias". De acordo com Moran (2000) deve existir integração das tecnologias e as metodologias de ensino de aplicações orais, tanto pela escrita como por audiovisual.

Assim, a definição de novo só "faz" sentido quando incorpora uma qualidade que não existia antes, ou ainda atualiza algo preexistente a "tecnologias". Dessa maneira, a compreensão das "novas tecnologias" deve ocorrer através da inclusão de paradigmas ao invés de reduzí-las a um processo de venda de produtos, de consumo, conceitos e troca (CASTELLS, 2000) Uma das

questões mais importantes sobre o acesso a formas alternativas de informação, é que este fenômeno social e político acarreta implicações de ordem social e política: mudanças no acesso à informação, indicando e mobilizando diferentes graus e formas de acesso ao poder por diferentes grupos (BANDEIRA, 2000). Essa comunicação, entretanto, se move, os conceitos de entendimento e agir comunicativo se relacionam àquele da emancipação, ampliando sua extensão para além do nível puramente biográfico. Estes conceitos são o centro da reflexão de Habermas. Enfim, há uma hierarquia de contextos do individual ao coletivo e deste ao contexto evolutivo social, e, o contexto histórico é uma variável importante, na qual o conhecimento deve ser revisto na criação de novas condições determinantes da história (DELORS, 1998; FREIRE, 2003).

6.CONCLUSÃO

É notório que a tecnologia digital deve ser levada ao alcance da sociedade, e consequentemente incluída na formação dos professores. Contudo, entendemos que a inclusão desta deve ser repensada e implementada levando em consideração a desigualdade social e econômica que poderá se agravar se toda a sociedade não for contemplada. Nesse sentido, o papel do professor é fundamental para ser o mediador dessas ações e a sua formação deve ter um embasamento nas TIC consistente de maneira a possibilitar o empoderamento deste, refletido na sua prática pedagógica. Enfim, a sociedade civil em parceria com iniciativa pública e privada poderá engajar-se par a superação do problema pois a universalização do acesso passa fundamentalmente pelas políticas públicas associadas ao setor privado e a incentivos ao mercado. Isto exige soluções criativas de licitação de serviços para as comunidades mais pobres, com serviços subsidiados, realizados por empresas privadas, associações comunitárias e/ou ONGs. Concluímos que se torna necessária uma formação docente que promova o acesso as TIC ultrapassando os limites da técnica.

Referências

- BANDEIRA, Pedro S. Desenvolvimento local-regional : **determinantes e desafios contemporâneos**. v. 1. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2000. p. 151-185.
- BRASIL. Programa Nacional de Informática na Educação – PROINFO . Brasília: MEC/SEF, nº523, de 9 de abril de 1997.
- CASTELLS, M. **A sociedade em rede** . 4. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000.301p.
- DELORS, Jaques (Org). **Educação: um tesouro a descobrir** . 2 ed. São Paulo: Cortez, 1998.123p.
- DERTOUZOS, M. L. O que será: **como o novo mundo da informação transformará nossas vidas** . São Paulo: Companhia das Letras, 1997.176p.
- FREIRE, Paulo. Pedagogia da Autonomia: **saberes necessários a prática educativa**. 26 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.
- GERMAN, C. **O caminho do Brasil rumo a era da informação** . São Paulo: Konrad Adenauer-Stiftung, [2000].243p.
- GOMES, Elizabeth, Exclusão digital: **um problema tecnológico ou social?** Rio de janeiro: trabalho e sociedade. Ano 2, nº especial. Dez. 2002 Disponível em www.comunidades.mda.gov.br/o/4110370 acesso em 18/10/2014.
- LEVY, Pierre. **As Tecnologias da Inteligência** . Rio de janeiro: Editora 34, 2004.

MORAN, José Manuel, MASETTO, Marcos T., BEHRENS, Marilda A. **Novas tecnologias e mediação pedagógica** . Campinas, SP: Papirus, 2000. 133p

PAIVA, Fabiana. **Democratização da informação ou inclusão digital?** Disponível em:<<http://gizmo.rits.org.br/apc-aa-infoinclusao/infoinclusao/artigos.shtml>> . Acesso em 13 dez. de 2014.

RAMAL, Andréia Cecília. Educação na cibercultura: **hipertextualidade, leitura, escrita e aprendizagem**. Porto Alegre: Artmed, 2002.

SANTOS, Milton. (Organização RIBEIRO, Wagner Costa). **O país distorcido: o Brasil, a globalização e a cidadania**. São Paulo: Publifolha, 2002.